

ABRIR AS CIÊNCIAS SOCIAIS: SOCIOLOGIA PÚBLICA E ENGAJAMENTO

Keila Lúcio de Carvalhoⁱ

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a sociologia pública, através de um estudo das contribuições de Michael Burawoy e das principais críticas dirigidas a essa proposta, em torno das polêmicas acerca do engajamento dialógico com públicos no interior da sociedade civil. T tamanha reação no interior dos círculos acadêmicos parece indicar que a sociologia pública pode ser considerada um ponto focal de batalhas sobre o futuro da sociologia.

Palavras chave: Sociologia pública, engajamento, sociedade civil, Michael Burawoy, Teoria Sociológica.

OPENING THE SOCIAL SCIENCES: PUBLIC SOCIOLOGY AND ENGAGEMENT

Abstract:

This paper presents a reflection over public sociology, through a study about Michael Burawoy's contributions and the main criticisms to this proposal, around the controversy about the dialogical engagement with the public within civil society. Such reaction within the academic circles seems to indicate that public sociology can be considered a focal point of battles over the future of sociology.

Keywords

Public sociology, engagement, civil society, Michael Burawoy, Sociological Theory.

Introdução

Este artigo sugere uma reflexão sobre a sociologia pública, tendo como foco as contribuições do sociólogo Michael Burawoy, a partir de suas primeiras formulações que culminaram em sua célebre conferência na condição de presidente da American

Sociological Association (ASA) em 2004. Seu discurso representou um diálogo com o relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais, dirigido por Immanuel Wallerstein e intitulado "Abrir as ciências sociais".

Para Burawoy (2007), o relatório demonstra a ausência da abordagem

ⁱ Keila Lúcio de Carvalho é doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ) e professora da Coordenação de Sociologia (Campus Maracanã) do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). E-mail: keilalucio@yahoo.com.br

de duas questões centrais. A primeira é “conhecimento para quem?”. A sociologia dialoga com seus próprios pares ou com pessoas exteriores à academia? De acordo com as indicações de Burawoy (2009b), esta questão diz respeito a uma distinção entre audiências: de um lado, a comunidade de acadêmicos e de cientistas que buscam compreender e explicar o mundo (audiência acadêmica) e, por outro, pessoas para além da academia (audiência extra-acadêmica).

A segunda questão, “conhecimento para quê?”, separa analiticamente o conhecimento segundo seus meios seus fins últimos. O conhecimento sociológico é instrumental, ou seja, está preocupado em determinar os meios apropriados a determinados fins ou, por outro lado, é reflexivo, dedicado à discussão daqueles mesmos fins? Esta questão se refere à maneira pela qual diferentes grupos podem se beneficiar da sociologia enquanto conhecimento que auxilia os indivíduos a compreenderem seu lugar no mundo (Burawoy, 2009b) e reconhece os próprios intelectuais (inclusive os sociólogos) como partes inerentes do mundo por eles estudado (2005b).

É com base nessas duas questões¹ relacionadas ao caráter reflexivo da sociologia orientado para audiências extra-acadêmicas que Burawoy vai formular sua proposta da sociologia pública. Abrir as ciências sociais, nesta perspectiva, significaria:

Abri-las ao conhecimento reflexivo, o

qual tematiza sua relação com os valores e as propostas da sociedade; e isso significa, por fim, abri-las às audiências extra-acadêmicas e particularmente aos públicos – especialmente aqueles ameaçados pela erosão de sua autonomia e de sua voz. (Burawoy, 2007: 146)

Os principais argumentos norteadores da ideia de sociologia pública foram apresentados por Burawoy em torno de onze teses,² com o objetivo de amparar a defesa de uma sociologia capaz de consagrar-se não apenas como ciência, mas como força moral e política. Para os propósitos deste artigo, não recuperarei exaustivamente as onze teses de Burawoy, apenas as linhas gerais de sua argumentação teórica e metodológica em torno da questão do engajamento da sociologia e, por sua vez, do sociólogo enquanto ator político.

A sociologia pública: engajamento e prática dialógica

O desenvolvimento da sociologia acadêmica, principalmente norte-americana, resultou em uma especialização baseada na ideia de “ciência pura” – pretensiosamente livre de valores – que retirou, ao menos transitoriamente, o compromisso moral da sociologia de contribuir para a realização de mudanças na sociedade. Entretanto, concordamos com Burawoy (2005b) quando considera a insustentabilidade desta premissa, já que

¹ A questão “Sociologia para quem?” foi posta por Alfred McLung Lee em 1976, em seu discurso presidencial da American Sociological Association (ASA). Já a outra questão, “Sociologia para quê?”, foi colocada por Robert Lynd em 1939. Segundo Zussman & Misra (2007), o discurso de Burawoy por ocasião de sua presidência da ASA, em 2004, resgata uma longa tradição na referida organização de discursos presidenciais que refletem sobre a disciplina e sua direção. Mas, segundo os autores, a novidade trazida por Burawoy diz respeito ao apelo a uma nova prática, para além da reconceitualização do pensamento sociológico (Zussman & Misra, 2007).

² As onze teses de Burawoy foram apresentadas em sua conferência “For public sociology”, publicada na *American Sociological Review* (2005a). Elas correspondem a uma clara alusão às Teses sobre *Feuerbach*, que consistem em onze breves notas filosóficas escritas por Karl Marx em 1845.

seu caráter antipolítico não é menos político que o engajamento público em si. Buscando-se contrapor a uma concepção de ciência “pura” e “aplicada” da sociologia é que Burawoy propõe a sociologia pública está prioritariamente relacionada ao contexto da sociologia norte-americana, embora seja de extrema importância sua discussão em outros contextos nacionais, como o Brasil. Neste sentido, a sociologia pública consiste em uma concepção de superação positiva do perfil predominantemente acadêmico e profissional da disciplina, através do engajamento da sociologia com diferentes públicos fora do mundo acadêmico, visando ao fortalecimento da sociedade civil (2005b). Ainda segundo o autor:

Temos passado um século construindo um conhecimento profissional, traduzindo o senso comum em ciência, então, agora, estamos mais do que prontos para nos envolvermos numa sistemática retradução, devolvendo o conhecimento àqueles de onde esse conhecimento veio, tornando questões públicas para além de problemas privados e regenerando, assim, a fibra moral da sociologia. Localiza-se aqui a promessa e o desafio da sociologia pública, o complemento e não a negação da sociologia profissional. (Burawoy, 2005a: 5)

A importância da proposta da sociologia pública está relacionada tanto

à posição de Burawoy como presidente da ASA à época – e, posteriormente, como presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA)³ – quanto à sistematicidade e difusão de sua proposta em outros contextos nacionais. Juntos, tais elementos configuram-se importantes balizadores para a análise da pertinência da sociologia pública e seu lugar na teoria sociológica contemporânea.

A intenção de Burawoy trata, então, de um apelo para a revitalização da sociologia em direção a uma sociologia pública, que poderia ser capaz de resgatar a “vocação moral” da sociologia, através do diálogo dos sociólogos a respeito da natureza da sociedade e seus valores, através da transformação dos problemas privados dos variados públicos em questões públicas.⁴ Interessa particularmente à discussão que pretendo desenvolver neste artigo a ideia de que os sociólogos podem – e devem –, segundo Burawoy, constituir-se como público e, deste modo, como atores políticos.

A configuração proposta por Burawoy – sociólogos que se constituem como atores políticos e que estejam em diálogo constante com os demais públicos – pressupõe uma pluralidade de públicos e, conseqüentemente, compromissos axiológicos distintos. Em outras palavras, a necessidade de diálogo com os públicos não determina o conteúdo dos posicionamentos políticos e morais desses

³ Até alguns meses antes da finalização deste trabalho, Burawoy era presidente da Associação Internacional de Sociologia (Comitê Executivo 2010-2014). Foi membro do Conselho Executivo da Associação Americana de Sociologia (ASA) entre 2000 e 2005, estando na presidência da referida associação entre 2003 e 2004.

⁴ Uma importante referência para Burawoy neste sentido são as contribuições de Wright Mills, considerado “líder da sociologia pública tradicional” (Burawoy, 2005a: 9). Segundo Mills (1975), a sociologia deveria assumir seu caráter reflexivo, em constante diálogo com a vida cotidiana. Essas reflexões estão presentes na obra *A imaginação sociológica*, publicada originalmente nos Estados Unidos em 1959.

Tal consideração não impede, contudo, a defesa de Burawoy por uma determinada concepção de sociologia pública, que o autor afirma manter diálogo com a teoria marxista. Esta questão será retomada posteriormente.

mesmos compromissos. Isto porque, para Burawoy, toda sociologia repousa sobre um conjunto de valores e são estes valores que se tornam objeto de discussão e diálogo entre os sociólogos e os públicos. Como existe uma pluralidade de públicos e de valores, Burawoy (2005a) defende a existência de uma multiplicidade de sociologias públicas, desde as mais liberais até as mais críticas.⁵

Assim, uma primeira consideração de Burawoy é a existência de uma diversidade de públicos, com variadas orientações axiológicas (2005b). Para o autor, a definição de público supõe o mapeamento dos arranjos nacionais e, conseqüentemente, a avaliação das inter-relações de diferentes públicos no interior da esfera pública. Dada a atuação privilegiada da sociologia no âmbito da sociedade civil, a esfera pública aparece como um espaço de disputa possível, através do engajamento público (2005a).

A sociologia pública tem, portanto, o objetivo de promover engajamento público mediante a necessidade de fortalecimento e democratização da sociedade civil, em tempos atuais de fundamentalismo de mercados e tirania dos Estados (Burawoy, 2009a). Os diversos pontos de vista da sociedade civil definem e constituem a unidade do olhar sociológico, sendo a sociologia pública, por estabelecer diálogos com os mais diferentes públicos, representando os interesses da humanidade como um todo. Ainda assim, considera o caráter contraditório, marcado por cisões e dominações que, de maneira alguma, contemplaria a sociedade civil como uma espécie de “comunitarismo harmonioso” (2005a: 24). A sociedade civil é entendida como um campo de disputa, sendo, na

presente conjuntura, o melhor espaço para a defesa da humanidade, auxiliada pelo estímulo de uma sociologia pública de matriz crítica.

Estas constatações colocam em cena alguns elementos que merecem destaque. Em primeiro lugar, a natureza conflituosa das relações entre Estado, sociedade e mercado. Em segundo lugar e, conseqüentemente, os antagonismos presentes no interior da sociedade civil, que a caracteriza como espaço de consentimento e resistência. Por fim, e desta maneira, os públicos são heterogêneos, orientados por identidades plurais, cujos interesses podem chocar-se uns com os outros.

De todo modo, os esforços para explicar a história, os fundamentos e os processos internos das categorias de público, esfera pública, e sociedade civil, através do trabalho de reconstrução teórica a partir da síntese empírica, não deve ser dispensado. É neste sentido que tomar tais categorias como ideais normativos deslocados de uma análise das condições históricas que engendram e transformam essas categorias, é uma solução aqui desprezada.

Em Burawoy – com base no pensamento de Antonio Gramsci – a sociedade civil é considerada como importante arena de luta de classes. É nela que as classes lutam para conquistar hegemonia, ou seja, a direção política. Por esta razão, é a esfera que resulta da socialização da política e faz parte do Estado, em seu sentido amplo. Na literatura que discute a relação entre o Estado e a sociedade civil, pode-se identificar uma vertente que procura situar a sociedade civil como parte da constituição de uma esfera pública, que se diferencia tanto

⁵ Tal consideração não impede, contudo, a defesa de Burawoy por uma determinada concepção de sociologia pública, que o autor afirma manter diálogo com a teoria marxista. Esta questão será retomada posteriormente.

da esfera tipicamente estatal quanto das regras estritas do mercado.

Como Burawoy argumenta, as cisões presentes no interior da sociedade civil são reproduzidas na divisão do trabalho no interior da sociologia, já que esta reflete, em última instância, a própria sociedade. Burawoy busca demonstrar que a sociologia pública não constitui o único horizonte possível para a sociologia, mas que está inserida em uma “divisão do trabalho” que inclui também a sociologia para políticas públicas, a sociologia profissional e a sociologia crítica.⁶

Segundo Burawoy (2005a), são as questões “para quem” e “para que” fazemos sociologia que norteiam o conhecimento sociológico e que o divide em quatro tipos de perspectivas diferentes, caracterizadas por sua interdependência na sociologia para políticas públicas, profissional, crítica e pública – a partir de um claro investimento na sociologia pública como conhecimento privilegiado de defesa da sociedade civil. Estas questões, longe de serem arbitrárias, dizem respeito à gênese da sociologia e às suas potencialidades teóricas e normativas. Burawoy (2007) busca enfatizar como as sucessivas condições históricas reconfiguram o conteúdo das relações entre

Estado, mercado e sociedade civil que, em última instância, condicionam as relações entre os quatro tipos de conhecimento sociológico, referidos anteriormente.

Os conflitos disciplinares entre estas divisões refletem, de certa maneira, aqueles presentes nas articulações e processos sociais que engendram cada uma dessas “sociologias”. As próprias disputas em torno da proposta da sociologia pública são manifestações, segundo Burawoy, de um embate pela (re)articulação da divisão do trabalho sociológico. As lutas internas da sociologia e suas divisões, além de representarem uma interdependência positiva para a disciplina, não ofuscam o fato de que “os sociólogos compartilham de um programa distintivo, enraizado na defesa e na expansão da sociedade civil” (Burawoy, 2009a: 234). Somente quando as divisões forem reconhecidas como positivas ao desenvolvimento da disciplina – através de uma colaboração intradisciplinar – é que Burawoy parece ver realizar o ideal normativo da sociologia pública. Isto porque, segundo o autor, a tarefa de reconstrução disciplinar consiste em transformar a sociologia em si para a sociologia para si: da divisão antagônica e fragmentária do trabalho sociológico,

⁶ A especificidade da sociologia no conjunto das diversas disciplinas e a institucionalização da divisão do trabalho sociológico demarcada por Burawoy, embora possuam consequências metodológicas pertinentes à abordagem que busco privilegiar, não serão desenvolvidas neste artigo. Por ora, cabe destacar que a sociologia pública aparece, no interior da divisão do trabalho, como um ideal teórico e prático que depende da sociologia profissional. Assim, a sociologia profissional – em sua condição hegemônica no contexto atual da organização disciplinar da sociologia nos EUA – representa uma condição à própria existência da sociologia pública, já que consiste em um conhecimento instrumental dirigido a um público acadêmico e que estabelece o rigor científico da formulação de teorias, conceitos, métodos e técnicas de pesquisa sociológica, garantindo que as exigências científicas e a objetividade do conhecimento estejam asseguradas. Já a sociologia para políticas públicas tem como objetivo prover soluções para problemas de caráter público e coletivo e se define por sua provisão de serviços a partir de um conhecimento instrumentalizado a públicos extra-acadêmicos. Por fim, a sociologia crítica visa a analisar os fundamentos – analíticos e normativos – da sociologia profissional, através de sua relação com uma audiência acadêmica a respeito de um conhecimento que se caracteriza por sua reflexividade sobre o próprio objeto da sociologia profissional – teorias, conceitos, métodos e técnicas de pesquisa sociológica são questionados e avaliados. Segundo Burawoy, “a sociologia crítica é a consciência da sociologia profissional, assim como a sociologia pública é a consciência da sociologia para políticas públicas” (Burawoy, 2005a: 10).

marcada por “intrigas palacianas inúteis”, rumo a uma “divisão sinérgica e simbiótica do trabalho, transformada num movimento social pela expansão da esfera pública, enraizada numa sociedade civil poderosa e autogerida” (Burawoy, 2009a: 243).

Na décima-primeira tese, Burawoy aprofunda sua formulação e apresenta com mais clareza a sua concepção de sociólogo como ator político – ou, nas suas palavras, como militante.⁷ O apelo de Burawoy (2009a: 242, 234) é para que os sociólogos abandonem seus nichos e partam para a cena pública em um “contra-ataque centrado na sociedade civil”, emergidos “de seus nichos e casulos acadêmicos para assumir seus lugares e influir na direção da sociedade”. No entanto, a constatação de uma pluralidade de públicos e de contradições no interior da sociedade civil não impede que Burawoy indique a perspectiva do “socialismo sociológico” como parte integrante do seu projeto normativo de sociologia pública. Deste modo, considera o engajamento com “utopias reais” uma visão de socialismo possível, que coloca a sociedade civil em uma posição privilegiada (2005c) em relação à tirania dos Estados e ao fundamentalismo de mercados.

A sociologia pública consiste, desta forma, em uma sociologia para os públicos. Por outro lado, a indicação e preferência por um público privilegiado – os “subalternos” – para a sociologia pública não, retira, assim, a possibilidade de interlocução com os mais variados públicos. Como consequência das hipóteses sugeridas, buscarei analisar a questão do engajamento do sociólogo e da sociologia, como um todo, a partir

de um conjunto crítico de leituras em que foram explicitamente enfatizadas antigas controvérsias a respeito da neutralidade científica e do engajamento.

A história do pensamento sociológico revela um cenário de intensas controvérsias em torno das questões de ordem metodológica e epistemológica recuperadas por Burawoy. Estas questões serão apresentadas à luz de um balanço bibliográfico do debate em torno da sociologia pública, embora as categorias de Burawoy permaneçam como referenciais para a análise. O mais importante aqui é evidenciar que os pontos mais intensos de polêmica ilustram questões controversas da disciplina, que ainda não são suplantadas pela teoria sociológica contemporânea. Uma hipótese aqui levantada é que as críticas mais intensas à sociologia pública estão concentradas no caráter dialógico da sociologia pública em relação aos públicos. Minhas primeiras aproximações com a temática permitem indicar que se localiza aí uma das principais contribuições da sociologia pública à teoria sociológica contemporânea.

As guerras da sociologia pública⁸

A proposta da sociologia pública formulada por Burawoy foi alvo de diversas críticas. Essas “guerras da sociologia pública”, como denomino aqui, foram travadas em uma série de eventos, debates, periódicos e dossiês. O conjunto de críticas à sociologia pública que será recuperado, de forma breve, neste artigo, está relacionado às considerações especialmente relativas ao engajamento do sociólogo nas questões públicas e, portanto, políticas. Segundo

⁷ Expressão inspirada na obra de Alvin Gouldner, *The sociologist as partisan: sociology and the Welfare State*.

⁸ Denominação inspirada no artigo de Burawoy (2009c) *The public sociology wars*, da coletânea *Handbook of public sociology*, organizada por Vincent Jeffries.

Zussman & Misra (2007), a preocupação mais profunda dos sociólogos que estão “nervosos” com as perspectivas apontadas por Burawoy é que a sociologia pública vai politizar a sociologia, em vez de investir na qualidade científica baseada em uma independência intelectual. Embora Burawoy tenha insistido no fato de que a sociologia pública não está relacionada a determinados valores *a priori*, o fato de ser declaradamente marxista fez com que muitos críticos tivessem uma postura bastante cética em relação a um pretense descompromisso com uma ideologia de esquerda.⁹

Lynn Smith-Lovin (2007) afirma que a sociologia pública pode minar o desenvolvimento do conhecimento sociológico, justamente por carregar um forte conteúdo valorativo. O problema parece não consistir no fato de que sociólogos individuais possam se envolver em questões públicas e políticas e que façam de sua profissão um engajamento. Para a autora, a questão problemática da sociologia pública é que isto se daria como projeto disciplinar coletivo. Assim como para Stinchcombe (2007), politização diz respeito à intromissão de preocupações políticas nos interesses intelectuais e científicos da sociologia (Smith-Lovin, 2007). Segundo Stinchcombe (2007), uma pretensão duvidosa da proposta de Burawoy é a de que os sociólogos possuem algo de relevante a dizer ou dialogar com os mais variados públicos. Mas, assim como Smith-Lovin, Stinchcombe é simpático à participação política individual, embora crítico da participação coletiva pela

disciplina, já que a introdução de valores representaria uma corrosão dos padrões profissionais disciplinares.

Já para Boyns & Fletcher (2005), a sociologia pública é uma tentativa equivocada de corrigir os problemas de engajamento público e da identidade disciplinar, que cercam a disciplina ao longo das últimas décadas. Alguns pontos de crítica são evidenciados pelos autores na tentativa de apresentar as limitações deste programa. A suposta filiação da sociologia pública ao marxismo, que contribuiria para ressaltar as divisões existentes dentro da disciplina, e o avanço público da sociologia em direção a uma agenda voltada para uma “sociologia para públicos” em vez de uma “sociologia dos públicos”, que condicionaria limitações ao desenvolvimento de uma interface pública, por exemplo. O que estes autores buscam propor é que somente o desenvolvimento de um programa forte de sociologia profissional pode conformar um meio para reparar os problemas da disciplina. Ou seja, estão preocupados com “a crise de legitimação endêmica à sociologia que decorre de questões sobre as possibilidades de engajamento público da sociologia e a coerência da sua identidade disciplinar” (Boyns & Fletcher, 2005: 6). Isto significa que, para os autores, no lugar de energias dedicadas ao desenvolvimento de uma sociologia pública, os esforços deveriam ser primeiramente direcionados para reforçar a coerência do conhecimento disciplinar da sociologia e do desenvolvimento de um programa forte de sociologia profissional.

Neste mesmo sentido, para Brint

⁹ Embora sob uma perspectiva distinta, a relação entre a sociologia pública e o marxismo é também apontada por Calhoun (2005), quando afirma que “para além de sua [de Burawoy] agenda da sociologia pública, existe um esforço para recolocar a sociologia marxista”. Em outro trecho, considera que Burawoy esteja preocupado em superar uma versão do marxismo pós 1970, desvinculado dos movimentos sociais (Calhoun, 2005: 357-58).

(2005), é o suposto potencial de querer “mudar o mundo” que torna a sociologia pública tão problemática, já que os sociólogos não se confundem com atores políticos. Enquanto os sociólogos precisam estar em conformidade com as teorias, o fato de se identificarem como atores políticos significa estarem preso às visões de mundo, às crenças e aos valores. É neste sentido que, segundo Brint, Burawoy reduz a importância da sociologia profissional, baseada na pesquisa empírica orientada pela teoria, em vez de aumentar sua influência. Tendo como base o cenário brasileiro, Schwartzman (2009: 277) afirma, diferentemente de Burawoy, que “é no mundo acadêmico, da liberdade de pesquisa e do rigor científico, que deveria estar a âncora” da sociologia. Apesar de apontar para a necessidade de a sociologia estar relacionada às questões públicas, o foco, segundo Schwartzman, deve ser o esforço, ainda incompleto no país, em “consolidar uma sociologia que mantenha sua independência e sua relevância, tanto em relação aos rituais acadêmicos quanto em relação às organizações e movimentos sociais com os quais dialoga ou dos quais participa” (Schwartzman, 2009: 277).

Outra crítica à sociologia pública de Burawoy é realizada por Deflen (2005), que considera a sociologia pública um disfarce velado de uma versão particularista do chamado “marxismo sociológico”.¹⁰ Segundo o autor, o problema não está no ativismo sociológico individual, nem no caso de uma sociologia ativista tomar posições políticas, mas na ligação da disciplina com as questões públicas mais gerais da sociedade de forma a engajar-se coletivamente. Uma análise semelhante

é oferecida por Jonathan Turner (2005, 2009), para quem a sociologia pública compõe um pensamento de esquerda, que vai infundir ideologia à face pública da sociologia. A questão apontada por Turner refere-se ao fato de que a sociologia, ao se orientar ideologicamente, pode escapar ao controle da explicação científica. Turner propõe construir uma “engenharia social”, que enfatize a necessidade da neutralidade dos valores e a possibilidade de uma ciência natural do mundo social. Segundo o autor, o que as pessoas precisam é de um “conhecimento imparcial e preciso sobre o mundo social, que pode ser utilizado pelos públicos, clientes, formuladores de políticas ou quem tiver um problema de organização social” (Turner, 2009: 263). Partindo de outro patamar crítico, Touraine (2007) argumenta que a sociologia pública é, em nenhum sentido, periférica ao empreendimento sociológico, mas fundamental para a restauração teórica e prática da agência dos atores no âmbito da disciplina. Assim, a sociologia pública deve, segundo este autor, ocupar o lugar central na sociologia em sua busca de atores. Para ele, tais públicos devem ser constituídos de indivíduos e grupos localizados em situação de vulnerabilidade social, submetidos a alguma forma de exploração e opressão pelas forças dominantes. Além disto, para Touraine (2007), estamos diante de uma necessidade histórica de superação da divisão entre sociologia profissional e crítica. É neste sentido que seu projeto de uma “sociologia geral dos atores” contribuiria para esta tarefa, ao conferir uma orientação normativa ao processo de reconhecimento sociológico de direitos dos atores relacionados anteriormente.

¹⁰ Na trilha de que o “conhecimento sociológico não pode desafiar o mundo” (Deflen, 2005), o autor elaborou, já em 2005, o site da campanha “Save Sociology” (www.savesociology.org), com o objetivo de salvar a sociologia da sociologia pública e dos valores.

Já para Immanuel Wallerstein (2007), a sociologia pública realiza uma falsa distinção entre conhecimento instrumental e conhecimento reflexivo, propondo outra solução para a questão apontada por Burawoy sobre os distintos tipos de conhecimento no contexto de uma divisão do trabalho sociológico. Segundo Wallerstein (2007), os sociólogos deveriam se envolver em ambos os conhecimentos, instrumental e reflexivo. Os sociólogos – e os cientistas sociais de uma forma geral – deveriam realizar três funções, de forma simultânea e consciente: uma função intelectual, que corresponde ao desenvolvimento de análises plausíveis sobre o mundo empírico; uma função moral, como forma de entender as implicações morais da nossa atividade; e, por fim, uma função política, que leva em conta a melhor maneira de realizar uma boa moral (Wallerstein, 2007). Estas funções, segundo argumenta, estão ligadas de forma sequencial e inevitável. Assim, a sociologia pública não deveria ser um tipo de sociologia separada das demais, já que “todos os sociólogos [...] são, e não podem ser de outra forma, sociólogos públicos. A única distinção é entre aqueles que estão dispostos a vestir o manto e aqueles que não estão” (Wallerstein, 2007: 174).

Maia & Perlatto (2012: 103) buscam apontar que, no caso brasileiro, a partir de um contexto periférico, a história das ciências sociais demonstra uma “evidente disposição pública, conectando-se, em muitos casos, não apenas a temas públicos, mas ao próprio ativismo político”. Para estes autores, a sociologia pública precisa levar em conta as experiências nacionais, para além da literatura anglo-saxã, como forma de fugir ao caráter de mera ilustração de teses gerais, sem levar em conta as especificidades de outras geografias. Para tanto, a sociologia pública precisa ampliar seu escopo de análise, sendo o caso brasileiro interessante para demonstrar a “diversidade de formas de

articulação entre imaginação sociológica e vida pública” (Maia & Perlatto, 2012: 108).

Deste modo, as primeiras aproximações com as diferentes respostas críticas e entusiastas permitem considerar que a sociologia pública intensificou a reatualização de questões caras às mais diversas tradições sociológicas. A discussão a respeito do engajamento parece sugerir que se localiza, nesta questão, uma das principais contribuições da sociologia pública à teoria sociológica contemporânea.

Considerações finais

A intenção de recuperar algumas leituras críticas consiste em analisar a reação ensejada e em que medida podemos apostar na sociologia pública enquanto um projeto duradouro, seguindo o questionamento de Calhoun (2005), ou seja, pensar seus limites e possibilidades na atualidade.

Uma hipótese que busquei trabalhar neste artigo é que uma das críticas mais fortes ensaiadas em direção à ideia de sociologia pública questiona seu horizonte de intervenção política, a partir da valorização de uma prática dialógica com segmentos da sociedade civil. Esta concepção de intervenção e diálogo no interior da sociologia representaria, segundo os autores que recuperei neste trabalho (Boyns & Fletcher, 2005; Brint, 2005; Turner, 2005; Deflen, 2005; Smith-Lovin, 2007; Stinchcombe, 2007; Schwartzman, 2009), uma politização perigosa que colocaria em risco o caráter científico da sociologia e, por este motivo, representaria uma ameaça à sua própria existência enquanto área de conhecimento. Grande parte destas leituras identificou na sociologia pública uma tentativa de resgatar o pensamento marxista para o interior da sociologia. Neste aspecto, foram feitas referências ao fato do próprio Burawoy se declarar marxista, mas também a conhecida formulação do “marxismo sociológico”, em conjunto com

Erik Olin Wright.¹¹

É neste sentido que compreendo a sociologia pública como um campo teórico e metodológico de disputas sobre o futuro da disciplina. As primeiras “guerras da sociologia pública” que recuperei neste artigo recolocaram em cena alguns elementos, subjacentes às questões apontadas, que merecem destaque.

As tensões entre engajamento e reconhecimento científico não podem ser deslocadas de uma discussão sobre a natureza do conhecimento sociológico, sempre mediado por processos mais amplos, relacionados à materialidade das condições sociais. Por este motivo, a sociologia pública não é resultado apenas de embates e discursos localizados no interior da disciplina, mas envolve tanto as condições e processos sociais sob os quais emergiu a ideia de sociologia pública

quanto as estratégias de intervenção no âmbito dos atores sociais – neste caso, os sociólogos individuais, cujas perspectivas e discursos são, de todo modo, mediados por posições sociais.

Assim, considero as indicações apontadas como pistas para pensarmos os limites e as possibilidades da sociologia pública: teorias sociológicas contemporâneas – ou, lembrando a questão de Calhoun (2005), nos faz refletir se a sociologia pública é um projeto duradouro. De qualquer forma, as leituras e análises que busquei apontar neste artigo me permitem considerar, desde já, a pertinência da sociologia pública, nem tanto pelas respostas que Burawoy buscou oferecer, mas pelas questões e embates que suscitou. Nas palavras do próprio Michael Burawoy, “fazemos nossa própria sociologia, mas não sob as condições de nossa própria escolha”.¹²

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boyns, David & Fletcher, Jesse. (2005). Reflections on public sociology: Public relations, disciplinary identity, and the strong program in professional sociology. *The American Sociologist*, 36/3-4, p. 5-26.

Braga, Ruy. (2010). Entrevista com Ruy Braga. Entrevista concedida a Nicolau Dela Bandeira e Leonardo Fontes. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 17/1, p. 175-196.

¹¹ Segundo Burawoy & Wright (2000), a tarefa de reconstruir o marxismo como uma teoria coerente deve estar amparada em uma teoria da reprodução contraditória das relações de classe capitalistas, em vez de uma teoria marxista da trajetória histórica. A proposta do marxismo sociológico busca identificar os processos causais dentro da sociedade capitalista que têm amplas implicações para a natureza das instituições em tais sociedades e as perspectivas para a emancipação humana. Neste sentido, o socialismo não deve ser entendido como resultado de um processo teleológico ou uma necessidade histórica, mas como o resultado potencial da estratégia, da restrição e da contingência. Segundo Braga (2009, 2010), em um cenário ainda predominantemente positivista da sociologia, o debate contemporâneo da sociologia pública é uma oportunidade para problematizarmos as relações entre a sociologia crítica e o marxismo. O desafio consistiria em localizar a sociologia marxista na sociologia pública, como espaço privilegiado para desenvolver tanto teorias quanto programas de pesquisa e, também, alicerçar um projeto político.

¹² Esta frase (Burawoy, 2009b: 225) é uma alusão à clássica “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e, sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2002: 21).

- Braga, Ruy. (2009). O pêndulo de Marx: sociologias públicas e engajamento social. In: Braga, Rui & Burawoy, Michael (orgs.). *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda.
- Brint, Steven. (2005). Guide for a perplexed: on Michael Burawoy's "public sociology". *The American Sociologist*, 36/3, p. 46-65.
- Burawoy, Michael. (2009a). A sociologia pública em tempos de Barack Obama. In: Santana, Marco Aurélio & Braga, Rui (orgs.). *Dossiê: Sociologia Pública*. Cadernos do CRH, 22/56, p. 233-244.
- Burawoy, Michael. (2009b). Cultivando sociologias públicas nos terrenos nacional, regional e global. In: Braga, Rui & Burawoy, Michael (orgs.). *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, p. 219-232.
- Burawoy, Michael. (2009c). The public sociology wars. In: Jeffries, Vincent (ed.). *Handbook of public sociology*. Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, p. 449-473.
- Burawoy, Michael. (2007). Open the social sciences: To whom and for what? *Portuguese Journal of Social Science*, 6/3, p. 137-146.
- Burawoy, Michael. (2005a). 2004 presidential address: for public sociology. *American Sociological Review*, 70/1, p.4-28.
- Burawoy, Michael. (2005b). Third-wave sociology and the end of pure science. *The American Sociologist*, Fall/Winter, p. 152-165.
- Burawoy, Michael. (2005c). The critical turn to public sociology. *Critical Sociology*, 31/3, p. 313-326.
- Burawoy, Michael & Wright, Erik O. (2000). *Sociological Marxism*. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/SocMarx.pdf>>. Acesso em 30 jun 2014.
- Calhoun, Craig. (2005). The promise of public sociology. *The British Journal of Sociology*, 56/3, p. 355-363.
- Deflem, Mathieu. (2005). Public sociology, hot dogs, apple pie, and Chevrolet. *The Journal of Professional and Public Sociology*, 1/1, p.1-18.
- Maia, João Marcelo & Perlatto, Fernando. (2012). Qual sociologia pública? Uma visão a partir da periferia. *Lua Nova*, 87, p. 83-112.
- Marx, Karl. (2002 [1852]). *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra.
- Mills, Charles Wright. (1975). *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Smith-Lovin, Lynn. (2007). Do we need a public sociology? It depends on what you mean by sociology. In: Clawson, Dan et alii (orgs.). *Public sociology. Fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first Century*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, p. 124-134.
- Schwartzman, Simon. (2009). A sociologia como profissão pública no Brasil. In Santana, Marco Aurélio & Braga, Rui (orgs.). *Dossiê: Sociologia Pública*. Cadernos do CRH, 22/56, p. 271-279.

- Stinchcombe, Arthur. (2007). Speaking truth to the public, and indirectly to power. *In* Clawson, Dan *et alii*. (orgs.). *Public sociology. Fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first century*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, p. 135-144.
- Touraine, Alain. (2007). Public sociology and the end of society. *In*: Clawson, Dan *et alii*, (orgs.). *Public sociology. Fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first century*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, p. 67-78.
- Turner, Jonathan. (2009), Contra a sociologia pública: será ela a melhor forma de tornar a sociologia relevante? *In*: Santana, Marco Aurélio & Braga, Rui (orgs.). *Dossiê: Sociologia Pública. Cadernos do CRH*, 22/56, p. 255-269.
- Turner, Jonathan. (2005). Is public sociology such a good idea? *The American Sociologist*, 36/3-4, p. 27-45.
- Wallerstein, Immanuel. (2007). The sociologist and the public sphere. *In*: Clawson, Dan *et alii*(orgs.). *Public Sociology. Fifteen Eminent Sociologists Debate Politics and the Profession in the Twenty-first Century*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, p. 169-175.
- Zussman, Robert & Misra, Joya. (2007). Introduction. *In*: Clawson, *Dan et alii*(orgs.). *Public sociology. Fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first century*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, p. 3-22.